



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CRIMINAL**  
 Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

**TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO**

Processo nº: **0004905-48.2013.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas**  
 Documento de Origem: **PF - 483/2013 - 1º Distrito Policial de São Carlos**  
 Autor: **Justiça Pública**  
 Indiciado: **Fernando Willian Alcaide**

Aos 15 de maio de 2015, às 16:10h, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. ANDRÉ LUIZ DE MACEDO, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a **audiência de instrução, debates e julgamento**, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, compareceu o Promotor de Justiça, **Drº Gustavo Luis de Oliveira Zamprinho - Promotor de Justiça Substituto**. Presente o réu Fernando Willian Alcaide, acompanhado de defensor, o Drº **Lucas Corrêa Abrantes Pinheiro – Defensor Público**. A seguir foi ouvida uma testemunha de acusação e interrogado o réu. **Pelas partes foi dito** que desistia da inquirição das demais testemunhas arroladas, o que foi homologado pelo MM. Juiz. Como não houvesse mais prova a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução. **Pelas partes foi dito que não tinham requerimentos de diligências**. Não havendo mais provas a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução e determinou a imediata realização dos debates. **Pelo Dr. Promotor foi dito:**“MM. Juiz: A ação penal merece procedência. A materialidade do crime está provada pelo laudo pericial de fls.76. A autoria, tendo em vista a confissão nesta data, também é indubitável. Além disso, testemunha de acusação ouvida também confirmou teor da denúncia. Diante do exposto, o Ministério Público requer a total procedência da denúncia. Com relação a dosimetria da pena, observo a existência de uma condenação transitada em julgado a fls.91, a qual não é capaz de gerar a reincidência. No mais, requeiro seja observados eventuais antecedentes e os dispositivos legais que regem aferição da reprimenda. **Pela defesa foi dito:**“MM. Juiz: a busca deve ser reconhecida ilícita. O artigo 240 do CPP, diz que a busca domiciliar deve estar amparada em fundadas razões. O policial hoje ouvido disse recordar-se vagamente de ter ido à casa de Erick porque ele ostentava passagens. Os antecedentes de Erick não configuram razões fundadas, já que a polícia não tem carta em branco para devassar a casa de quem no passado se envolveu com a Justiça criminal. Há nítida violação aos artigos 5º, inciso XI, da Constituição Federal e ao artigo 240, §1º, do CPP. Havendo violação de norma constitucional e legal precedente ao flagrante, aplica-se o artigo 157 do CPP, que determina o reconhecimento da ilicitude e desentranhamento da prova ilícita, afetando-se, por conseguinte, a justa causa para a ação penal. Note-se ademais, que o artigo 157 do CPP, diz que são provas ilícitas as obtidas em



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

violação à normas constitucionais ou legais. Essa definição torna claro que, a violação da Constituição ou da Lei precede e prejudica à análise de legalidade do flagrante. Noutras palavras, a violação prejudica o flagrante. Não há previsão normativa que autorize ler a legalidade do flagrante convalidando violações de normas constitucionais ou legais. Por isso, a natureza permanente do delito, na forma do artigo 303 do CPP, não convalida à ilicitude. De mais a mais, o conceito de crime permanente é puramente doutrinário, desprovido de valor normativo e assim, não se sobrepõe ao caráter de direito fundamento da inviolabilidade do domicílio. Em suma, não havendo prova de que a polícia agiu com fundadas razões como exige o artigo 240, §1º, do CPP, deve ser reconhecida a ilicitude e a ilegalidade da prova por violação de domicílio e de dispositivo de lei infraconstitucional, com a consequente absolvição do réu por falta de provas lícitamente produzidas. **Em seguida, pelo MM. Juiz foi dito que passava a proferir a seguinte sentença:** "VISTOS. FERNANDO WILLIAN ALCAIDE, qualificado a fls.12, com foto a fls.35, foi denunciado como incurso no artigo 14 da Lei 10.826/03, porque em 20.04.13, por volta de 18h00, na rua Rotary Clube, próximo a churrascaria Trevo, Bairro Vila Celina, nesta cidade e Comarca, tinha em depósito e guardava, 05 (cinco) cartuchos de calibre 38, marca "CBC", íntegros, e 05 (cinco) cartuchos de calibre 38, marca "FEDERAL", íntegros, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar. Recebida a denúncia (fls.78), houve citação e defesa preliminar, sem absolvição sumária (fls.115). Nesta audiência foi ouvida uma testemunha comum e interrogado o réu, havendo desistência quanto a faltante. Nas alegações finais o Ministério Público pediu condenação. A defesa pediu a absolvição observando que a prova produzida é ilícita. **É o relatório. DECIDO.** O réu é confesso. A prova oral reforça o teor da confissão. Foi acusado de ter em depósito e guardar munição de uso permitido, sem autorização legal. As condutas de "ter em depósito" ou "guardar" ou "manter sob guarda", são condutas que configuram crime permanente. Nessas condições, em que a consumação do delito se prolonga no tempo, possível é o ingresso em residência sem mandado judicial, nos termos do artigo 5º, XI, da CF 88, pois existe flagrante delito. Não há, portanto, ilicitude da prova. Assim vem reconhecendo a jurisprudência. Também o artigo 150, §3º, II, do CP, torna a conduta policial lícita e o parágrafo 4º deste artigo não tipifica a garagem como parte do conceito de casa, posto que não é local habitado, nem ali se exerce profissão ou atividade, não havendo ilegalidade da prova. Assim, a condenação é de rigor, observando as atenuantes da confissão e menoridade, bem como primariedade e bons antecedentes, posto que a condenação de fls.91, refere-se a fato praticado posteriormente a este agora analisado. Ante o exposto, julgo **PROCEDENTE** a ação e **condeno** Fernando Willian Alcaide como incurso no artigo 14 da Lei nº 10.826/03, c.c. artigo 61, I, e art.65, I e III, "d", do Código Penal. Passo a dosar a pena. Atento aos critérios do artigo 59 do Código Penal, fixo-lhe a pena no mínimo legal de 02 (dois) anos de reclusão e 10 (dez) dias-multa, calculados cada um na proporção de 1/30 do salário mínimo vigente na época dos fatos, atualizando-se pelos índices de correção monetária, já consideradas as atenuantes da menoridade e confissão, que não podem trazer a sanção abaixo do mínimo. A pena privativa de liberdade deverá ser cumprida inicialmente em **regime aberto**. Presentes os requisitos legais, **substituo** a


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**3ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

pena privativa de liberdade por: **a) prestação pecuniária, no valor de 01 (um) salário mínimo vigente**, em favor de entidade com destinação social na Comarca de São Carlos, a ser oportunamente indicada e **b) uma de multa, ora fixada em 10(dez) dias-multa**, na proporção antes definida, a qual deverá se somar à multa anteriormente imposta. Diante da pena concretamente aplicada, o réu poderá recorrer em liberdade. **Expeça-se alvará de soltura clausulado.** Não há custas nessa fase, por ser o réu beneficiário da justiça gratuita e defendido pela Defensoria Pública. Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados presentes, registre-se e comunique-se. Eu, Carlos Andre Garbuglio, digitei.

MM. Juiz: Assinado Digitalmente

Promotor:

Defensor Público:

Ré(u):